

‘Combater bets ilegais é mais eficiente do que aumentar tributos’

Além de não cumprir regras e alimentar o crime organizado, bets clandestinas deixam de gerar R\$ 10,8 bilhões em tributos por ano, afirma André Gelfi, diretor conselheiro e cofundador do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR)

Elevar a carga tributária agora pode destruir um mercado recém-regulado, que arrecadou R\$ 6,85 bilhões entre janeiro e setembro de 2025, e empurrar milhões de apostadores para plataformas ilegais, que envolvem menores, falsas promessas e manipulação de resultados, afirma André Gelfi, diretor conselheiro e cofundador do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR). Segundo o executivo, o caminho para aumentar a arrecadação e proteger o cidadão passa, primeiro, por combater a clandestinidade, que representa 51% do setor, de acordo com estudo da LCA Consultoria Financeira.

O que representa o mercado ilegal de apostas no Brasil? A clandestinidade ainda responde por cerca de 51% do mercado de apostas no país, movimentando aproximadamente R\$ 38 bilhões por ano. Isso significa que perdemos R\$ 10,8 bilhões anuais em arrecadação. As casas clandestinas não recolhem tributos, não seguem regras de proteção ao consumidor, não adotam controles de integridade e operam à margem do sistema financeiro. Na prática, prejudicam o cidadão, distorcem a concorrência e comprometem a credibilidade do setor.

Que tipo de regras? No mercado regulado, há regras claras para proteger o apostador e garantir segurança jurídica. Trabalhamos com medidas de prevenção à compulsão, como limites de tempo e de valores, e com ferramentas para impedir o acesso de menores, inclusive reconhecimento facial, um avanço pioneiro no Brasil. Há também ações de educação financeira, reforçando que aposta é entretenimento, não investimento. Temos um Código Publicitário e atuamos em conjunto com o Conar, que incluiu um anexo específico para comunicação de apostas. Já o mercado clandestino ignora tudo

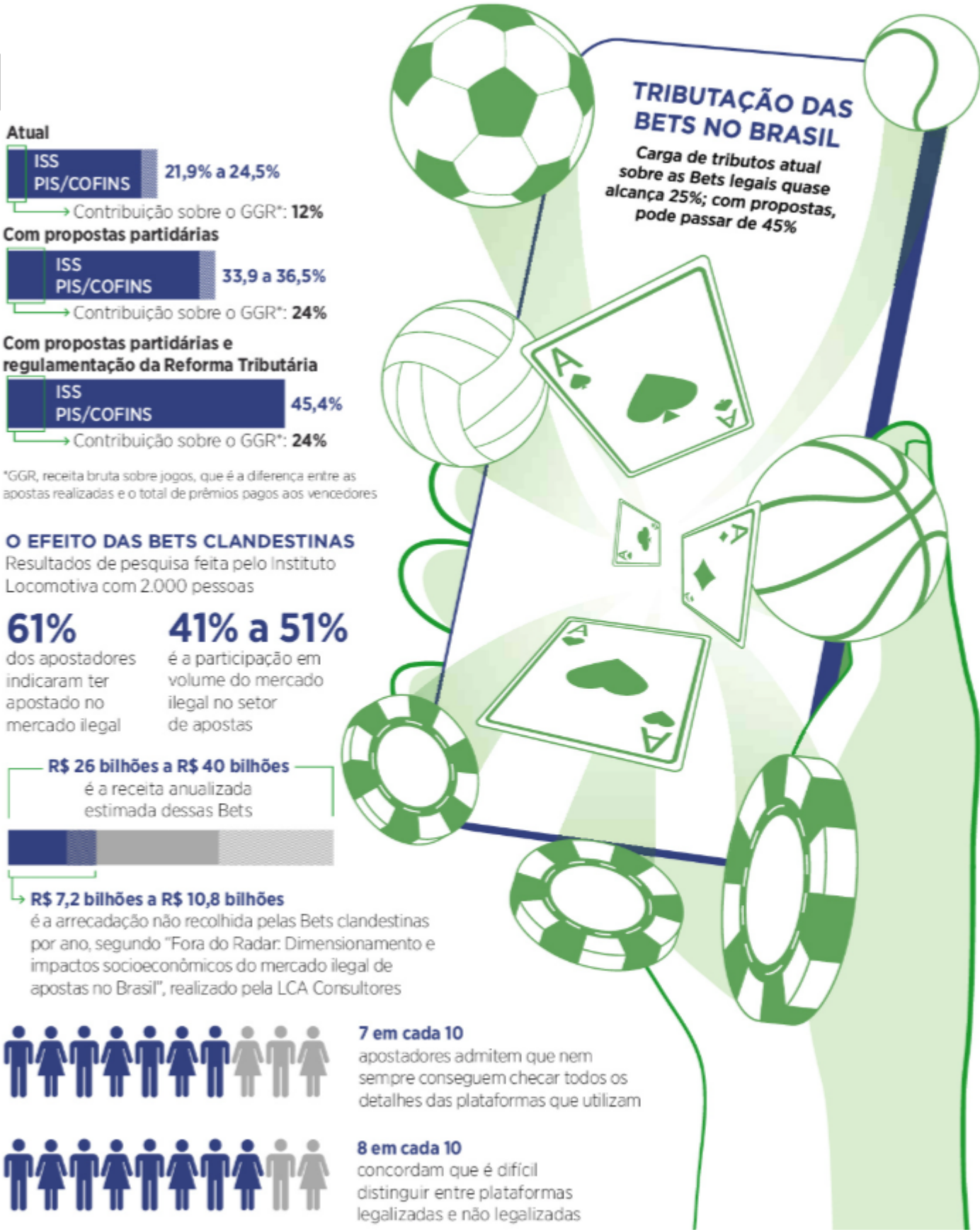
isso e se sustenta em promessas enganosas, manipulação de resultados, lavagem de dinheiro e, muitas vezes, crime organizado.

Como é a tributação do setor? Desde janeiro deste ano, o setor é regulado e fiscalizado. A tributação atual chega a cerca de 25%. Só o imposto específico, o GGR, é de 12% sobre a diferença entre o montante apostado e os prêmios pagos. Além disso, recolhemos PIS, COFINS e ISS. De janeiro a setembro, as plataformas licenciadas geraram R\$ 6,85 bilhões, que financiam áreas como esporte, turismo, segurança e educação. Cada 5 pontos percentuais que migram da ilegalidade para o mercado regulado representam entre R\$ 870 milhões e R\$ 1,1 bilhão adicionais em tributos. Portanto, combater a clandestinidade é a forma mais eficiente de ampliar a arrecadação, protegendo a sociedade e dando previsibilidade ao setor.

O que o aumento da tributação pode gerar? A proposta de elevar o imposto setorial de 12% para 24%, como no PL 5.076/2025, levaria a carga total para cerca de 45,4%. Isso inviabilizaria a operação de muitas empresas que vieram ao Brasil, aplicaram-se para licenças, configuraram sistemas e passaram a operar conforme as re-

gras locais. Estamos falando de um mercado recém-implantado, em fase inicial. Uma mudança abrupta agora compromete investimentos, reduz a base regulada e empurra apostadores para a clandestinidade. Há exemplos internacionais: na Alemanha, quando se tributoou o valor apostado, a maior parte dos usuários migrou para sites não licenciados, resultando em perda de arrecadação e segurança.

Como combater as bets ilegais? Existem medidas claras. Primeiro, todas as operações clandestinas utilizam Pix, um sistema monitorado pelo Banco Central. É possível rastrear e bloquear transações para plataformas ilegais. Além disso, é necessário responsabilizar influenciadores e plataformas digitais que promovem esses conteúdos, porque a clandestinidade não está na mídia tradicional, está nas redes sociais, com promessas irreais de enriquecimento rápido. Outra frente é regulamentar e fiscalizar fornecedores de tecnologia, punindo quem fornece jogos ao mercado ilegal. Por fim, comunicação clara: se não tem ‘bet.br’, a operadora de apostas não está autorizada pelo Governo Federal e o apostador precisa redobrar o cuidado para não cair em golpes. Informação e fiscalização caminham juntas.



BETS REGULARES E SONEGAÇÃO DE BETS CLANDESTINAS



1. Receita Federal do Brasil, com dados da Análise da Arrecadação das Receitas Federais 2. LCA Consultoria Econômica, com dados do Instituto Locomotiva

RESPONSABILIDADES DAS BETS LEGAIS QUE AS CLANDESTINAS NÃO CUMPREM

- Tributação:** incidência de impostos sobre a operação e os ganhos
- 12% sobre o GGR (Gross Gaming Revenue)
 - PIS/COFINS e ISS, podendo elevar a carga sobre consumo para perto de 25%
 - 15% de Imposto de Renda sobre os ganhos líquidos do apostador pessoa física
- Registro:** obrigatoriedade de registro no Brasil, com pelo menos 20% do capital social pertencente a sócio brasileiro e observância das regras societárias previstas na legislação
- Restrições e cadastros:** proibição de acesso a menores de idade, agentes públicos e indivíduos com potencial influência sobre resultados esportivos. Cadastro com verificação reforçada de identidade, incluindo biometria ou reconhecimento facial
- Licenças e garantias:** pagamento de R\$ 30 milhões para obtenção de licença válida por 5 anos e manutenção de R\$ 5 milhões em conta-garantia para assegurar obrigações com consumidores e com o Estado
- Publicidade:** restrições de público, linguagem e formato das campanhas, incluindo mensagens de conscientização e desestímulo ao jogo irresponsável